



CADASTRO FUNCIONAL DIRRH

LEI Nº 5766/10, ALTERADA PELA LEI Nº 5974/11 servidor ativo servidor inativo

I. DADOS PESSOAIS

NOME:			
FILIAÇÃO:			
DATA DE NASCIMENTO:	NACIONALIDADE:	NATURALIDADE:	
RESIDÊNCIA:			
BAIRRO:	CEP:	CIDADE:	UF:
TELEFONE RESIDENCIAL:	CELULAR:	E-MAIL:	
ESTADO CIVIL:	CÔNJUGE:		
FILHOS:	POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA FÍSICA?	QUAL?	

II. DOCUMENTAÇÃO

IDENTIDADE:	ÓRGÃO EXP.:	EMISSÃO:	UF:
CPF:	PIS/PASEP:		
TÍTULO DE ELEITOR:	ZONA:	SEÇÃO:	
CERTIFICADO DE RESERVISTA:	CATEGORIA:		
BANCO ITAU	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:	

III. FORMAÇÃO ACADÊMICA

GRAU DE INSTRUÇÃO:	CURSO:
INSTITUIÇÃO DE ENSINO:	
ESPECIALIZAÇÃO:	ÁREA:

IV. DADOS DA CESSÃO SEEDUC/FAETEC

CÓDIGO NUMÉRICO FAETEC:	UNIDADE DE LOTAÇÃO FAETEC:		
MATRÍCULA SEEDUC:	CARGO:	CH:	
DECRETO:	PROCESSO:	DOERJ:	
DATA DO RETORNO PARA O ÓRGÃO DE ORIGEM:	DATA DE ADMISSÃO SEEDUC:		

Assino, neste ato, as seguintes declarações anexas ao presente cadastro, e que dele passam a fazer parte integrante:

- Ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República e Resolução SEPLAG nº 109, de 09 de maio de 2009;
- Ciência de que a falta de comprovação de qualquer dos documentos dos itens I, II e III deste cadastro acarretará impedimento de implantação de registro funcional;

RIO DE JANEIRO, ____/____/____

ASSINATURA:

ÁREA DE PREENCHIMENTO DA DIRRH

MATRÍCULA FAETEC:	DATA DE TRANSFERÊNCIA:		
CARGO FAETEC:	DISCIPLINA:	CH:	
UNIDADE DE LOTAÇÃO:	REGIÃO:		



DECLARAÇÃO

DECLARO que não estou respondendo a inquérito policial, nem registro de antecedentes criminais dentro ou fora do estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, ____/____/____

Assinatura

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

DECLARO, a seguir, o nome de meus dependentes econômicos para fins de cômputo no cálculo de recolhimento de IRPF.

Nome	Estado civil	Grau de parentesco	Sexo	Data de Nasc.	Servidor Público? (S) Sim (N) Não

Rio de Janeiro, ____/____/____

Assinatura



DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO

Considerando o que consta dos diplomas legais abaixo:

Constituição Federal: Artigo 37, XVI e XVII e § 10; Artigo 38, III; Artigo 42; Artigo 95, parágrafo único, I (com redação dada pela EC 19/98); Artigo 128, parágrafo 5º, II, letra d (com redação dada pela EC 19/98); Artigo 142, parágrafo 3º, II e III (com redação dada pela EC 19/98); Artigo 17, §§ 1º e 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Emenda Constitucional nº 20/98, art. 11;

Constituição Estadual: Artigo 77, XIX e XX; Artigo 155, I; Artigo 172, II, d; Artigo 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Legislação Estadual: Decreto Lei nº 220/75, Decreto nº 2.479/79; Decreto nº 13.042/89

Considerando a proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, com a exceção de:

- 1) dois cargos, empregos ou funções de **professor**;
- 2) um cargo, emprego ou função de **professor** com outro de natureza **técnica ou científica**, ou com outro de **juiz, promotor procurador de justiça**;
- 3) dois cargos, empregos ou funções privativos de **profissional de saúde** com **profissões regulamentadas**.

Considerando que:

1) **Dois cargos, empregos ou funções de professor** só podem ser exercidos em regime de acumulação se não houver dedicação exclusiva em qualquer dos vínculos, sendo também necessário haver compatibilidade de horários e possibilidade fática do exercício conjunto (por exemplo, quanto ao somatório de cargas horárias semanais, ou ainda considerando o tempo de ida e volta para o serviço);

2) **Cargos, empregos ou funções de natureza técnica ou científica** são aqueles para cujo exercício é necessário **conhecimento técnico, científico ou artístico especializado**, correspondente a **técnico de nível médio ou superior**.

2.1) A simples denominação de "técnico" ou "científico" atribuída a um cargo, emprego ou função não acarreta a possibilidade de acumulação, sendo sempre obrigatório verificar se consta das **atribuições** do cargo, emprego ou função e dos **requisitos** para seu exercício a aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos específicos e a necessidade de formação em curso de nível superior ou técnico de nível médio.

DECLARO QUE NÃO SOU DETENTOR de cargo, função ou contrato Federal, Estadual, Municipal, Sociedade de Economia Mista, Entidade Autárquica, Empresas ou Companhias Estaduais mantidas pelos poderes públicos que venha implicar em acumulação.

Rio de Janeiro, ____/____/____

Assinatura

OU

DECLARO, que além do cargo a que se refere o presente boletim, sou detentor **apenas** da seguinte situação:

Cargo: _____

Matrícula: _____

ATIVO () APOSENTADO ()

C.H. semanal: _____

Órgão/Secretaria: _____

Processo: _____

Rio de Janeiro, ____/____/____

Assinatura

Estou ciente de que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independentemente das sanções administrativas, caso e comprove a inveracidade do declarado neste documento.